

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 165622/2026)

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Concessão de Uso de Bem Público, a título oneroso, de área delimitada localizada na Praça de Atividades Folclóricas “Professor José Sant’Anna” (Recinto do Folclore), destinada exclusivamente à instalação, operação e exploração comercial de complexo de lazer e entretenimento (Parque de Diversões temporário) durante o período de realização do 62º Festival do Folclore de Olímpia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Especificação	Unidade de Medida	QT	Valor Mínimo
1	2.01.11.1998 -1	CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO DE ÁREA ABERTA DEMARCADA, LOCALIZADA NA PRAÇA DE ATIVIDADES FOLCLÓRICAS PROFESSOR JOSÉ SANT’ANNA, DESTINADA À INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE PARQUE DE DIVERSÕES.	SV	1	R\$ 100.000,00

1.2 – O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1 – O prazo acima mencionado abrange: montagem, operação, desmontagem, fiscalização e encerramento financeiro.

1.3 – O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 – Alinhamento Institucional: O Festival do Folclore é o evento cultural de maior relevância do município, atraindo fluxos turísticos nacionais expressivos e movimentando o comércio, a hotelaria e a economia local. A instalação de um parque de diversões integra a identidade histórica e a tradição do evento, configurando-se como infraestrutura de lazer indispensável para o público familiar e infantojuvenil.

2.2 – Justificativa da Solução: A Administração Pública não dispõe de equipamentos de parque de diversões, tampouco de corpo técnico qualificado para a montagem, manutenção e operação segura de tais estruturas. Desse modo, a concessão de uso a uma empresa especializada transfere o risco operacional e o investimento financeiro integralmente para a iniciativa privada.

2.3 – Economicidade: A modelagem atende ao princípio da eficiência e do interesse público, visto que desonera o erário municipal de custos com infraestrutura de lazer e, simultaneamente, converte o direito de exploração comercial do espaço público em receita direta (outorga) para o município, com valor de partida fixado em R\$ 100.000,00.

2.4 – O objeto da presente concessão de uso está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual de 2026 do Município da Estância Turística de Olímpia, conforme registro e publicação oficial que pode ser consultado no endereço: <https://pncp.gov.br/app/pca/46596151000155/2026>

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 – Visão Integral da Solução: A solução abrange o ciclo completo de planejamento espacial, transporte, montagem eletromecânica, testes de carga, licenciamento técnico, operação comercial tabelada durante o festival, atendimento ao usuário com segurança, desmontagem e recomposição integral do patrimônio público outorgado.

3.2 – Ciclo de Vida do Objeto:

- *Fase Pré-Operacional (Planejamento e Montagem):* Entrada no recinto, descarregamento, montagem das estruturas metálicas/elétricas, ligação de geradores e emissão de laudos técnicos (ARTs).
- *Fase Operacional (Execução):* Funcionamento diário do parque de 01 a 09 de agosto, cumprimento rigoroso do tabelamento de preços, controle de ruídos e cumprimento da cota social.
- *Fase de Encerramento (Desmobilização):* Desmontagem, remoção de resíduos e devolução da área limpa e recomposta à municipalidade.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Sustentabilidade e Posturas:

- *Gestão de Resíduos:* A concessionária será a única responsável pelo recolhimento e destinação adequada dos resíduos gerados no perímetro do parque, devendo fornecer no mínimo 20 lixeiras personalizadas.
- *Eficiência Energética:* Toda a iluminação decorativa e operacional dos brinquedos e fachadas deverá utilizar tecnologia LED de baixo consumo.

Subcontratação

4.2 – É terminantemente vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial será admitida apenas para serviços de apoio logísticos secundários (segurança privada, limpeza, banheiros químicos), permanecendo a concessionária como única e integral responsável perante o Município.

Garantia da contratação

4.3 – Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.4 – A visita técnica ao local de execução será facultativa, podendo ser realizada pelos interessados mediante prévio agendamento junto à Secretaria Municipal de Cultura e Defesa do Folclore, através do e-mail cultura@olimpia.sp.gov.br.

4.4.1 – Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.2 – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.3 – O licitante que optar por não realizar a visita técnica deverá apresentar Declaração de Pleno Conhecimento das Condições Locais, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições existentes para eximir-se de quaisquer obrigações decorrentes da contratação.

Regras de Uso dos Espaços e Zeladoria:

4.5 – Fica estritamente estabelecido que as estruturas a serem instaladas nas 10 barracas próprias de comidas típicas de parque deverão, obrigatoriamente, ser do tipo Food Truck (reboque/veículo automotor devidamente caracterizado e regularizado) ou em módulos estruturais do tipo Octanorm (com fechamento e acabamento padrão de estandes), visando garantir a segurança estrutural, a higiene sanitária e a padronização estética do evento. Não será permitida a utilização de tendas de lona comuns, estruturas de madeira improvisadas ou qualquer outra modalidade não prevista nesta cláusula.

4.6 – A prefeitura não se responsabilizará pela guarda dos equipamentos e utensílios que guarnecerem os espaços comerciais dos concessionários do certame durante todo o período do festival, sendo que, é proibido deixar carros, caminhões, ônibus ou motos (estando sujeito a guincho em caso de descumprimento desta cláusula) dentro das dependências do recinto.

4.7 – Veículos só poderão entrar para realizar carga e descarga. Os veículos de comerciantes deverão ser guardados no estacionamento oficial do evento, em local demarcado pela empresa que administrará aquela área, sendo que o vencedor deste certame receberá o total de 05 (cinco) vagas credenciadas para pernoite no estacionamento técnico.

4.8 – O vencedor do certame deverá limpar toda a área de sua responsabilidade antes de se retirar do Recinto após o término do evento, visto que, deverão apresentar a área limpa ao Fiscal dos Serviços (elencado no Modelo de Gestão de Contrato) para ser permitida a saída.

4.9 – A liberação para a retirada definitiva de equipamentos e veículos de carga do concessionário, a partir do dia 10/08/2026, ficará condicionada à emissão do Termo de Vistoria de Devolução de Espaço, a ser assinado eletronicamente ou fisicamente pela Fiscal do Contrato, atestando que o local foi entregue limpo e sem danos estruturais.

Diretrizes Gerais de Operação:

4.10 – A comercialização de bebidas e produtos gastronômicos deve ocorrer somente em material descartável.

4.11 – Todos os equipamentos necessários para a operação e realização dos serviços propostos serão de responsabilidade da empresa, devendo a mesma equipar o espaço com os itens necessários.

Obrigações Adicionais do Vencedor:

4.12 – Conhecer e respeitar a legislação sanitária e as regras concernentes ao local de trabalho.

4.13 – Deverá ser possibilitado o pagamento por meio de quaisquer meios legais e compatíveis com o mercado.

4.14 – É de inteira responsabilidade da concessionária todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a Prefeitura de Olímpia. Ficando sob inteira responsabilidade da licitante vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.

4.15 – Utilizar o local para a destinação determinada no edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes.

4.16 – Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da prefeitura.

4.17 – Reitere-se que a CONCESSIONÁRIA ficará responsável por eventuais danos causados aos bens públicos disponibilizados nos locais, devendo reparar de imediato sob pena de pagamento dos valores do bem deteriorado.

4.18 – A Prefeitura poderá a qualquer tempo durante o evento emitir notificação para correção de atitudes dos comerciantes, sendo que, a mesma tem efeito imediato e seu descumprimento incidirá nas sanções cabíveis.

4.19 – Havendo a cessão de patrocínio sob MARCA EXCLUSIVA de qualquer bebida, deverá o vencedor do certame respeitar a cessão e realizar a venda apenas do produto indicado.

4.20 – Respeitar o som ambiente das apresentações culturais e demais shows programados, podendo colocar música ambiente no seu espaço após às 22h, observando o limite dos decibéis.

4.20.1 – O som ambiente permitido após as 22h restringe-se a equipamentos de baixa potência (caixas de som portáteis de até [ex: 50W RMS]), instalados voltados para o interior do próprio espaço comercial. Fica proibida a instalação de caixas acústicas profissionais (atendidas por mesas de som), caixas do tipo 'torre' ou a contratação de apresentações musicais ao vivo (voz e violão ou bandas) por parte dos concessionários, sob pena de apreensão imediata do equipamento.

4.21 – As músicas apresentadas deverão respeitar os princípios éticos, culturais e sociais compatíveis com o propósito do evento. Fica proibida a veiculação de letras que contenham: palavrões ou linguagem ofensiva; conteúdo discriminatório (de cunho racial, étnico, religioso, de gênero, orientação sexual, entre outros); apologia à violência, uso de drogas ou atividades ilegais, e qualquer forma de incitação ao ódio ou



preconceito. A comissão organizadora reserva-se o direito de vetar músicas que não atendam a esses critérios, podendo solicitar substituição do repertório ou, em casos graves, aplicar sanções contratuais ou rescindir a concessão do comerciante.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – Condições de Execução e Normas Técnicas:

5.1.1 – Os brinquedos e atrações deverão estar em perfeitas condições de uso, limpos e pintados.

5.1.2 – Conformidade Mandatória: As instalações deverão atender às normas ABNT NBR 15926 (Partes 1 a 5), ABNT NBR 5410 (Instalações Elétricas Temporárias) e às Normas Regulamentadoras NR-5, NR-7, NR-9 e NR-35.

5.1.2.1 – Como condição obrigatória para início da operação do parque, a concessionária deverá apresentar à Fiscalização do Contrato:

I – ART ou TRT de montagem das estruturas, devidamente recolhida;

II – Laudo de estabilidade estrutural dos equipamentos e brinquedos;

III – Laudo de conformidade das instalações elétricas temporárias, incluindo aterramento e proteção contra surtos;

IV – Certificados de inspeção e manutenção dos brinquedos emitidos por profissional legalmente habilitado;

V – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou documento equivalente legalmente aceito para a atividade temporária, quando exigido pela legislação aplicável;

VI – Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil vigente, com cobertura mínima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), abrangendo danos materiais, danos corporais, acidentes pessoais, sinistros decorrentes da operação dos brinquedos e demais riscos inerentes à atividade desenvolvida, permanecendo válida durante todo o período de montagem, operação e desmontagem do parque.

Justificativa do Valor do Seguro: O montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) demonstra-se estritamente proporcional e justificado devido à magnitude de público do 62º Festival do Folclore, que reúne milhares de pessoas diariamente em uma dinâmica de alta rotatividade. Tendo em vista a operação simultânea de maquinários de grande porte e atrações radicais de alta complexidade mecânica (como Roda-Gigante de 32 metros, Torre de Queda Livre e Kamikaze), qualquer eventual intercorrência técnica possui potencial para gerar sinistros de caráter coletivo. Desse modo, o valor fixado é o mínimo prudencial recomendado pelo mercado de eventos de massa para garantir a cobertura real e integral de despesas médicas hospitalares, danos materiais, corporais, estéticos e morais a múltiplos usuários concomitantemente, protegendo também o município de pleitos de responsabilidade civil subsidiária.

A abertura do parque ao público ficará condicionada à aprovação documental e operacional pela fiscalização municipal.

5.1.3 – Autossuficiência Energética e Gerenciamento de Carga: Fica a cargo e custo exclusivo do vencedor a locação, instalação, manutenção e operação de um grupo gerador de energia elétrica e transformador dedicado, com capacidade e voltagem adequadas para suportar toda a carga de demanda mecânica e luminosa do complexo de brinquedos. Fica expressamente consignado que a rede elétrica existente no Recinto não dispõe de capacidade ou eficiência energética para suportar a carga de



um parque de diversões desse porte, cabendo ao concessionário garantir a estabilidade do seu próprio sistema elétrico.

5.1.4 – Regras Sanitárias: Conforme determinação da Vigilância Sanitária, fica proibido aos funcionários tomar banho ou manter animais (salvo cão-guia) no local.

5.1.5 – Limitação Sonora: O sistema de som dos brinquedos fica limitado ao teto de 80 decibéis para não interferir nos palcos do Festival.

5.2 – Local e Horário:

5.2.1 – Local: Praça de Atividades Folclóricas “Professor José Sant’Anna”, Olímpia/SP.

5.2.2 – Período: De 01 a 09 de agosto de 2026.

5.2.3 – Horário: Diariamente das 17h00 às 03h30. Aos finais de semana, poderá funcionar em período integral.

5.2.4 – Cronograma de Ocupação: Montagem autorizada a partir de 27/07, devendo estar finalizada até 01/08. Desmontagem e retirada de 11/08 até 15/08.

5.3 – Das Obrigações da Administração: Sinalizar e delimitar o espaço; exercer fiscalização diária com poder de notificação imediata; coordenar o fluxo dos dias institucionais.

5.4 – Das Obrigações do Vencedor: Arcar com todos os custos operacionais, trabalhistas e fiscais; obter Alvará de Licença Municipal e Sanitário; manter equipe técnica de plantão. Fica vedada a sublocação da área (permitida apenas a instalação de até 10 barracas próprias de comidas típicas de parque).

5.5 – Mix Mínimo de Atrações Exigidas

A concessionária deverá disponibilizar, durante todo o período de funcionamento do parque, no mínimo:

I – 01 (uma) roda-gigante de grande porte, com altura mínima de 32 (trinta e dois) metros;

II – 05 (cinco) atrações radicais de grande porte, dentre as categorias: pêndulo, torre de queda livre, giroscópio, disco giratório, kamikaze, booster ou similares;

III – 03 (três) atrações familiares de médio porte, destinadas ao público em geral;

IV – 05 (cinco) atrações infantis, adequadas ao público de até 12 anos de idade;

V – 01 (uma) pista de carrinhos de choque ou atração equivalente;

VI – 01 (uma) atração temática de passeio ou percurso recreativo.

Todas as atrações deverão possuir laudos técnicos, documentação de segurança e condições operacionais compatíveis com as normas técnicas vigentes.

5.6 – TABELAMENTO DE PREÇOS MÁXIMOS PERMITIDOS:

5.6.1 – Teto Geral: O valor máximo por ingresso individual para as atrações gerais será de R\$ 13,00 (treze reais).

5.6.2 – Exceção (Roda-Gigante): O limite máximo será de R\$ 18,00 (dezoito reais) por bilhete individual.

5.6.3 – Contrapartida Social: Em cumprimento às Leis Municipais nº 71/2017, nº 76/2018 e Decreto nº 7.294/2018, o vencedor promoverá 01 (um) dia de atendimento totalmente gratuito para crianças e adolescentes de baixa renda e rede pública, sob

coordenação da Comissão Organizadora.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 – Fica determinado como fiscal a servidora Camila Reale Thereza Gameiro, Diretora da Divisão de Festivais e Eventos, e-mail: creale@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3281-8741 para acompanhar o contrato e fiscalizar sua execução, registrando todas as ocorrências relacionadas determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.7 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8 – A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

6.9 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.10 – Fica determinado como gestor a servidora Graziela de Souza Mendes, Diretora Administrativa, e-mail: gmendes@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3281-8741, para acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.11 – A gestão do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.



7 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 – Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3 – Multa:

7.3.1 – Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do lance arrematado, até o limite de 10 (dez) dias, cuja persistência ensejará a rescisão unilateral da concessão com perda dos valores pagos.

7.3.2 – Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 20% (vinte por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.3 – Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.4 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.5 – Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.6 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.7 – Para os fins de aplicação das multas compensatórias previstas nos subitens anteriores e visando a adequação às peculiaridades operacionais do 62º Festival do Folclore de Olímpia, as infrações contratuais cometidas no Recinto serão enquadradas de acordo com a sua natureza e gravidade, conforme a seguinte gradação:

7.3.7.1 – INFRAÇÕES LEVES: Sujeitam o Contratado à multa compensatória prevista no subitem 7.3.6 (10% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência, após o desatendimento de Notificação de Advertência prévia:

- a) Desrespeitar os horários fixados no edital para carga, descarga e abastecimento de insumos dentro do Recinto;
- b) Deixar de utilizar os acessórios de higiene obrigatórios pelos manipuladores de alimentos (touca, máscara, luvas) ou descumprir as diretrizes básicas da Vigilância Sanitária;
- c) Não disponibilizar lixeiras adequadas aos consumidores na proporção exigida ou deixar de realizar o descarte diário dos resíduos nos containers oficiais da Comissão Organizadora;
- d) Deixar de afixar cartaz visível com a proibição legal de venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos;
- e) Não manter o espaço interno e o entorno imediato da barraca ou área demarcada devidamente limpos e organizados.

7.3.7.2 – INFRAÇÕES MÉDIAS: Sujeitam o Contratado à multa compensatória prevista no subitem 7.3.5 (10% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência:

- a) Utilizar lona, faixas ou identificação visual fora do modelo e padrão estipulados pela Secretaria de Cultura;
- b) Utilizar caixas de som, equipamentos acústicos profissionais ou sonorização em desacordo com as potências permitidas ou que interfiram nas apresentações culturais oficiais do festival;
- c) Utilizar fiação elétrica exposta, extensões inadequadas ou aparelhos de alta resistência térmica não autorizados (como fritadeiras elétricas e similares) na rede básica fornecida;
- d) Praticar preços superiores aos máximos estabelecidos para os ingressos do parque (Item 5.6.1 e 5.6.2);
- e) Comercializar bebidas ou alimentos em recipientes, copos ou vasilhames de vidro de qualquer natureza.

7.3.7.3 – INFRAÇÕES GRAVES: Sujeitam o Contratado à multa compensatória prevista no subitem 7.3.4 (15% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência:

- a) Comercializar, armazenar ou expor marcas de bebidas concorrentes àquela detentora da exclusividade de patrocínio do evento;
- b) Suspender as atividades comerciais ou fechar o espaço durante o horário oficial de funcionamento do festival sem prévia e expressa autorização por escrito;
- c) Descartar óleo vegetal usado ou detritos gordurosos na rede pública de esgoto, águas pluviais ou diretamente no solo do Recinto;
- d) Comercializar bebidas alcoólicas para menores de 18 anos;
- e) Modificar a estrutura física da área demarcada ou do entorno sem autorização expressa da Fiscalização.

7.3.7.4 – INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS: Sujeitam o Contratado à multa compensatória prevista nos subitens 7.3.2 ou 7.3.3 (20% sobre o valor do lance arrematado), cumulada com a rescisão imediata do ajuste:

- a) Subcontratar, ceder, locar, sublocar ou transferir a qualquer título (oneroso ou gratuito) o direito de exploração do espaço público objeto do certame;

b) Praticar atos de vandalismo ou desacato contra os agentes públicos da organização, equipe de fiscalização ou público em geral;

c) Executar músicas com letras que façam apologia ao crime, uso de drogas ou que contenham conteúdo discriminatório e preconceituoso.

7.3.8 – DO PODER DE POLÍCIA OPERACIONAL EM CAMPO: Sem prejuízo do regular processo administrativo para aplicação definitiva das sanções financeiras reguladas nesta cláusula, fica a Fiscalização do Contrato autorizada a adotar as seguintes medidas acautelatórias imediatas no Recinto do Folclore, visando preservar a ordem e a segurança do evento:

a) Determinar o lacre temporário e a suspensão das atividades por até 24 (vinte e quatro) horas no caso de reincidência específica no descumprimento do tabelamento de preços ou do uso de vasilhames de vidro;

b) Promover a apreensão imediata de lotes de bebidas de marcas concorrentes à do patrocinador exclusivo, ou de equipamentos de som profissionais instalados em desconformidade com as regras do evento, lavrando-se o respectivo termo de retenção;

c) Determinar a retomada compulsória imediata do espaço público nos casos comprovados de subcontratação ou cessão a terceiros.

7.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.8 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.10 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

7.11 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.12 – Na aplicação das sanções serão considerados:

7.12.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.12.2 – As peculiaridades do caso concreto;



- 7.12.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.12.4 – Os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.12.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.13 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.14 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.15 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.16 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.17 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR LANCE respeitados os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances de acordo com o inciso III do artigo 55 e inversão de fases conforme parágrafo 1º do artigo 17 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.1 – Propõe-se, para o presente certame, a inversão do rito procedimental ordinário, de modo que a Fase de Habilitação (inclusive Habilitação Jurídica) preceda a fase de disputa de lances. A medida atende ao princípio da eficiência, da segurança jurídica e do interesse público, motivada pelos seguintes fatores:

- Considerando a natureza do objeto, a necessidade de garantir a segurança operacional do evento e a exigência de capacidade técnica e jurídica mínima para exploração de parque de diversões temporário de grande porte, justifica-se a realização prévia da análise documental dos licitantes. A medida visa assegurar que somente

**Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore**

participantes aptos jurídica e operacionalmente prossigam para a fase competitiva de lances, preservando a eficiência administrativa, a segurança jurídica do procedimento e o interesse público envolvido na realização do 62º Festival do Folclore de Olímpia.

- **Histórico Administrativo e Continuidade Operacional do Evento:** A inversão de fases (triagem documental antes da fase de lances) reflete a prática administrativa consolidada pelo Município nas edições anteriores do Festival do Folclore. Historicamente, os certames para concessão do espaço sempre foram processados com a análise prévia da habilitação em outras modalidades licitatórias, demonstrando-se o rito mais seguro para a seleção de parceiros privados idôneos. A adoção desse formato no presente Pregão Eletrônico preserva a segurança operacional já consagrada no Recinto do Folclore, agora sob a égide e modernização da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, a inversão de fases demonstra-se o instrumento técnico mais adequado para garantir a lisura, a seriedade e a segurança operacional da contratação, restando plenamente justificado o interesse público na inversão do rito.

8.2 – CRITÉRIO DE INCREMENTO MÍNIMO EXIGIDO: Para a sessão pública e disputa de lances, fica estipulado o intervalo fixo mínimo:

a) O INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SERÁ DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS), aplicados sobre o valor do item. Não serão aceitas propostas com incrementos inferiores.

Regime de execução

8.3 – Não se aplica regime de execução contratual típico de engenharia ou prestação de serviços continuados, tratando-se estritamente de Concessão de Uso Onerosa de Bem Público, regida pelo direito administrativo e subsidiariamente pelas regras de ocupação de solo urbano.

Exigências de habilitação**Habilitação Jurídica**

8.4 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10 – Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11 – Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.20 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123,

de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, no caso de pessoa jurídica;

Qualificação Técnica

8.22 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

8.23 – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.23.1 – A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Outras Documentações

8.24 – Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.25 – Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.

8.26 – Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial.

8.27 – Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

8.28 – Declaração de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente processo administrativo.

8.29 – Declaração que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

8.30 – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.31 – Declaração de que a empresa licitante não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, em conformidade com o artigo 156 da Lei 14.133/2021.

**Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore**

8.32 – Declaração de que cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários, especialmente relativas à NR-5, NR-7 e NR-9.

8.33 – A proponente deverá apresentar “Certificado de Visita Técnica”, que será emitido pelo órgão licitante no ato da visita.

8.33.1 – O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, deverá apresentar declaração conforme Anexo em Edital. Estando ciente da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica.

9 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Valor de Partida (Lance Mínimo): Fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

9.2 – Justificativa Técnica do Preço Mínimo e Fundamentação Legal: O valor mínimo de outorga fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) foi estimado com base no princípio da razoabilidade, na evolução histórica de arrecadação do certame e no expressivo potencial de retorno econômico do evento, superando a mera aplicação das taxas ordinárias previstas na legislação de posturas local.

9.2.1 – Registra-se que a cobrança ordinária de taxas de uso de solo no município é balizada pelo Código de Posturas, cujo Artigo 89 estabelece: “O valor da taxa e caução para utilização dos imóveis públicos serão cobrados: § 1º para o Recinto de Exposições e Praça de Atividades Folclóricas “Professor José Sant’Anna” a taxa diária e caução serão cobradas conforme tabela abaixo, para o mínimo de 3 dias: Recinto (todas as instalações) 60 ufesps, Recinto (exceto estacionamento) 48 ufesps. Tomando-se o valor da UFESP fixado para o ano corrente de 2026 em R\$ 38,42, a cobrança da taxa puramente administrativa baseada no critério de ocupação diária (48 UFESPs) para os 9 (nove) dias de realização do festival resultaria no montante global de R\$ 16.597,44. Mesmo se considerada a totalidade das instalações (60 UFESPs), o valor alcançaria apenas R\$ 20.746,80. Tais montantes demonstram-se manifestamente defasados e insuficientes para cobrir o impacto de ocupação de um evento de relevância nacional, justificando-se a adoção de procedimento licitatório competitivo com valor de partida de R\$ 100.000,00 para alcançar a real valorização do espaço público

9.2.2 – Da Evolução Histórica de Mercado: Diante disso, a Administração adota a precificação baseada no histórico real de mercado das edições anteriores do Festival do Folclore, demonstrando uma evolução linear e proporcional:

- No exercício de 2024, o valor adjudicado ficou em R\$ 80.100,00, com ingressos gerais tabelados em R\$ 10,00 e R\$ 15,00 para a Roda-Gigante.
- No exercício de 2025, a outorga evoluiu para R\$ 90.200,00, mantendo-se o teto de ingressos em R\$ 10,00 e R\$ 15,00.
- Para o presente exercício de 2026 (62º Festival), o incremento para R\$ 100.000,00 demonstra-se plenamente justificado, visto que acompanha o reajuste concedido nos tetos das tarifas permitidas para as bilheteria — agora fixados em R\$ 13,00 para atrações gerais e R\$ 18,00 para a atração Roda-Gigante.

9.2.3 – Do Equilíbrio Econômico e Eficiência: O aumento na capacidade de faturamento bruto da concessionária com as novas tarifas de ingressos valida o reajuste da outorga inicial. Sendo o certame processado sob o critério de Maior Lance, o valor de R\$

100.000,00 funciona como um patamar mínimo de segurança para a abertura da sessão pública. Isso garante que a disputa competitiva eleve a receita final para o erário através do ágio, alcançando a máxima eficiência arrecadatória para o município e equilibrando a justa remuneração pelo uso do espaço público imaterial com a atratividade do negócio para a iniciativa privada, sem onerar os usuários.

10 – RECOLHIMENTO E PAGAMENTO DO CERTAME

10.1 – O valor total do lance vencedor ofertado na sessão pública do Pregão Eletrônico deverá ser pago integralmente à vista (100%), em cota única, por meio de guia de recolhimento oficial emitida em favor da Fazenda Municipal de Olímpia.

10.2 – PRAZO PEREMPTÓRIO: O pagamento deverá ser efetuado impreterivelmente até o 3º (terceiro) dia útil subsequente à data de homologação e encerramento do certame licitatório.

10.2.1 – O atraso ou a ausência de compensação bancária do pagamento no prazo estipulado ensejará a desclassificação imediata do licitante, perda do direito de ocupação do lote, aplicação de multa compensatória de 20% sobre o lance formulado e convocação do licitante classificado em posição subsequente.

11 – RELAÇÃO DE ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo I – Planta de Localização

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, na data da assinatura digital.

Camila Reale Thereza Gameiro
Fiscal do Contrato

Graziela de Souza Mendes
Responsável pela elaboração
Gestora do Contrato

Priscila Seno Mathias Netto Foresti
Secretária de Cultura e Defesa do Folclore
Ordenador da Despesa